

Um estudo sobre o tratamento da Variação linguística na Base Nacional Comum Curricular do ensino fundamental

Sâmila Reisel Ortel¹
Nathan Bastos de Souza²

RESUMO

O objetivo deste artigo é estudar o tratamento da variação linguística na Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Fundamental (BRASIL, 2017). A revisão de literatura conta com duas seções. Na primeira seção, refletimos sobre o conceito de variação linguística, conforme os estudos da Sociolinguística brasileira. Na segunda seção teórica, revisamos os documentos oficiais entre os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (2006), em busca de conceitos relacionados ao campo da Sociolinguística. A metodologia do trabalho é qualitativa e utilizamos o cotejamento de textos para realizar as análises. Os resultados apontam para a descoberta do

¹ Graduada em Licenciada em Letras – Português pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus Jaguarão. E-mail: samila.ortel@hotmail.com.

² Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor substituto na área de Linguística e Língua Portuguesa, na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus Bagé. <https://orcid.org/0000-0003-1560-2867>. E-mail: nathanbastos600@gmail.com.

tratamento da variação linguística como um campo de conhecimento linguístico pela BNCCEF. Dessa forma, concluímos que o conceito está sendo cada vez mais entendido como temática relevante no ensino da língua portuguesa como língua materna.

PALAVRAS-CHAVE: variação linguística; documentos oficiais; Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Fundamental.

ABSTRACT

The purpose of this article is to study the treatment of linguistic variation in the National Curricular Common Base for Elementary Education (BRASIL, 2017). The literature review has two sections. In the first section, we reflect on the concept of linguistic variation, according to linguistic scholars. In the second theoretical section, we review the official documents between the PCNs (1997) and the OCEMs (2006) in search of concepts related to the field of sociolinguistics. The methodology of the work is qualitative and we use the collation of texts to carry out the analyses. The results point to the discovery of the treatment of linguistic variation as a field of linguistic knowledge by the BNCCEF, thus, we conclude that the concept is increasingly being understood as a relevant theme in the teaching of Portuguese as a mother tongue.

KEYWORDS: linguistic variation; official documents; BNCCEF.

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1960, com a introdução da linguística nos cursos de formação em Letras, essa área tem ajudado a compreender melhor as problemáticas propriamente brasileiras com relação à língua/linguagem (ILARI, 1997). É o caso da heterogeneidade linguística, que se tornou mais explícita nas salas de aula a partir do advento da chamada “democratização do ensino”.

Esse processo fez com que, sem muita preparação, a escola brasileira – que era para poucos, isto é, especialmente voltada para aqueles sujeitos urbanos com nível socioeconômico e cultural elevado – se deparasse com um aumento quantitativo de alunos. As consequências sociais eram previsíveis: deterioração das condições de trabalho, classes superlotadas, material insuficiente, precário e/ou inadequado, prédios mal conservados e achatamento salarial progressivo para os professores (BAGNO, 2007a).

Diferentes trabalhos de pesquisadores na área de Sociolinguística têm problematizado as contribuições desse ramo científico para as questões propriamente do ensino de língua portuguesa na escola, como a formação de professores, a consideração de elementos de variação e de mudança nas práticas de ensino ou, ainda, a elaboração de uma pedagogia culturalmente sensível (BORTONI-RICARDO, 2004; BAGNO, 2007a; GORSKI, COELHO, 2009; GORSKI, FREITAG, 2013).

Nessa perspectiva, o objetivo deste artigo é estudar o tratamento da variação linguística na Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Fundamental (doravante, BNCCEF). A abordagem teórica contém um estudo do conceito de variação linguística, segundo autores da Sociolinguística brasileira na vertente educacional, e também uma revisão breve da presença (ou não) de conceitos desse ramo da linguística nos documentos oficiais do governo federal que precederam a BNCCEF no que se refere ao ensino de língua materna – dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (1997) às Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEMs) (2006). Utilizamos a metodologia do cotejamento de textos para realizar a análise. Os resultados apontam para a descoberta do tratamento da variação linguística como um campo de conhecimento linguístico a ser considerado pela BNCCEF como temática relevante no ensino do português como língua materna.

1 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção apresentamos o aporte teórico para a reflexão aqui proposta: primeiramente, uma revisão sobre o conceito de variação linguística e, em seguida, a discussão sobre a presença (ou não) de conceitos da teoria Sociolinguística, nos documentos oficiais relacionados ao ensino da língua portuguesa que antecederam a BNCCEF.

1.1 O CONCEITO DE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Com base no princípio de que a língua é influenciada por fatores externos, como a cultura a que são expostos os indivíduos de uma comunidade de fala, a situação socioeconômica em que vivem, os regionalismos presentes na linguagem falada no respectivo círculo de convivência, podemos considerar que a língua é, então, variável. Nesse sentido, os falantes se posicionam, isto é, tomam atitudes, conforme destaca Beline (2012: 129): “Não temos atitudes apenas diante da língua falada em

lugares diferentes, também nos posicionamos diante de modos de falar correlacionados a fatores sociais, tais como escolaridade e nível econômico”.

Esse posicionamento pode não ser percebido quando em um contexto de pessoas da mesma região, por exemplo, ou que façam parte de uma mesma rede de relacionamentos. Em contato, de maneira constante, com um mesmo grupo, esses indivíduos dificilmente percebem as diferenças linguísticas existentes porque estão imersos no mesmo repertório sociolinguístico. Para Bortoni-Ricardo (2004: 49):

[...] cada um de nós adota comportamentos muito semelhantes ao das pessoas com quem convivemos em nossa rede social. Por isso sabemos que a rede social de um indivíduo, constituída pelas pessoas com quem este indivíduo interage nos diversos domínios sociais, também é um fator determinante das características de seu repertório sociolinguístico. (BORTONI-RICARDO, 2004:49)

No entanto, apesar dessa ilusão de similaridade dentro de um mesmo grupo social, a língua não deixa de variar. A variação linguística acontece em função do conjunto de fatores de ordem linguística e extralinguística. A origem geográfica, o status socioeconômico, o grau de escolarização, a idade, o gênero, o mercado de trabalho e, por fim, as redes sociais, influenciam os usos da língua. Esses fatores sociais podem ser determinantes para o uso de uma forma linguística ou outra, por exemplo: o uso de “a gente” em lugar do pronome pessoal “nós”. Segundo pesquisas relatadas por Bagno (2007a), um estudo com base em dados linguísticos da cidade do Rio de Janeiro detectou que a proporção do uso de “nós” diminui progressivamente conforme a faixa etária menor do informante. Em outros termos, para esse caso, o critério “idade” influencia na seleção do elemento linguístico “nós” ou “a gente”.

Nas palavras de Bortoni-Ricardo (2004: 49), a variação linguística acontece por meio da ocorrência de fatores que são estruturais: “[...] [pois] depende de fatores socioestruturais e de fatores sociofuncionais. [...] Então, na prática, os fatores estruturais se inter-relacionam com os fatores funcionais na conformação dos repertórios sociolinguísticos dos falantes”.

Conforme apontamos acima a variação da língua desses falantes também depende de fatores como o meio social em que se inserem, as redes de relações sociais a que têm acesso, além dos fatores externos à língua, também já citados.

Segundo Bagno (2007a: 39-40), a variação linguística acontece em todos os níveis de análise³. Observem-se, no nível fonético-fonológico, por exemplo, as diferentes realizações para o som rótico em posição de coda, em palavras como “porção”, no português brasileiro. Pode ocorrer também em nível morfológico, vejam-se os casos de “peguento” e “pegajoso”, nos quais diferentes sufixos remetem ao mesmo significado. No nível da sintaxe, com as frases “Uma história que ninguém prevê o final”/ “Uma história que ninguém prevê o final dela” / “Uma história cujo final ninguém prevê”, em que os elementos se organizam diversamente, embora se apresente um significado geral comum. Ocorre variação semântica quando uma palavra como “vexame” pode designar “vergonha” ou “pressa”, segundo a origem regional do falante. Ocorre variação lexical, por exemplo, no nome de alguns alimentos, como “macaxeira”, “mandioca” ou “aipim”, três itens no inventário lexical da língua que remetem ao mesmo elemento.

Com a questão da variação linguística na sociedade, aparece também o preconceito existente entre o falar e o saber falar, de acordo com a norma padrão, considerado por muitos como o saber das regras da língua. Muitas vezes o preconceito linguístico é disseminado sem ao menos o opressor perceber, pois ainda não há uma exata consciência de que esse é um preconceito como qualquer outro, como os referentes a raça, cor e gênero, que também deveriam ser socialmente inaceitáveis.

Devemos entender que a relação existente entre o falante e sua língua é complexa, não é uma questão da forma como se fala, pois a “língua é o próprio falante”. Em relação ao preconceito linguístico, Bagno (2003: 17) (grifos do autor) destaca que:

[...] – em boa medida, nós somos a língua que falamos, e acusar alguém de não saber falar a sua própria língua materna é tão absurdo quanto acusar essa pessoa de não saber “usar” corretamente a visão (isto é, afirmar o absurdo de que alguém é capaz de enxergar, mas não é capaz de ver) [...]. Nós somos muito mais do que meros “usuários” da língua: a noção de “usuário” faz pensar em algo que está fora de nós, uma espécie de ferramenta que a gente pode retirar de uma caixa, usar e depois devolver à caixa. Nossa relação com a linguagem é muito mais profunda e complexa do que um simples “uso” – até porque essa

³ Os exemplos contidos no parágrafo são apenas ilustrativos da variação linguística nos diferentes níveis, isto é, não esgotam as possibilidades de análise linguística naquele nível.

relação se faz com a própria linguagem! Aliás, a própria palavra “relação”, aqui, não dá conta dessa complexidade. (BAGNO, 2003: 17)

O estabelecimento da relação entre falante e língua, portanto, é indissolúvel. Se, por múltiplas razões, uma variedade foi “eleita” como a melhor – aquela que deve ser ensinada, aquela que causa um “efeito positivo” sobre o falante que a utiliza – a perspectiva que parece servir de pano de fundo é a de que a chamada “norma padrão”, de alguma maneira, serve para “cortar”, para “dividir”, traçar uma linha entre aqueles que a manejam bem e aqueles que a infringem. Assim, tenhamos em conta que “o nome padrão indica [...] um modelo de língua, uma construção artificial, baseada em algumas variedades regionais de prestígio [...]” (BAGNO, 2007a: 96). Dito de outro modo, a relação falante/língua tem a ver com a naturalidade com que aprendemos a falar, ou seja, nos manifestar socialmente por meio da língua, não com a artificialidade desse modelo prestigiado, por assim dizer, um “produto cultural” e “instrumento de poder”, nas felizes expressões utilizadas por Bagno (2007a).

1.2 A PRESENÇA DE EXPRESSÕES RELACIONADAS À SOCIOLINGUÍSTICA NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DE ENSINO DOS PCNs ÀS OCEM

Os primeiros documentos norteadores do ensino comum a todos são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que surgem em 1997, para o Ensino Fundamental. No ano 2000 são criados os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e, em 2002, com orientações complementares, os Parâmetros Curriculares Nacionais+, também para o Ensino Médio, objetivando nortear a forma como o ensino deve ser guiado e aplicado dentro das escolas.

Em 2006, foram criadas as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEMs), voltadas a orientar o trabalho na escola com as linguagens, os códigos e suas tecnologias. Já em 2017, quase vinte anos após a criação dos PCNs, foi homologada a Base Nacional Comum Curricular para Ensino Fundamental (BNCC-EF) e logo, em 2018, a BNCC para o Ensino Médio (BNCC-EM). Esses dois últimos documentos são mais abrangentes e se constituem de etapas, com habilidades e competências, que orientam as escolas e seus educadores para o ensino em sala de aula.

A variação linguística, dada a sua presença na relação entre língua e sociedade, como percebemos na seção anterior, normalmente aparece no

contexto do ensino em sala de aula. Essa presença já é abordada nos Parâmetros Curriculares Nacionais para Ensino Fundamental, em que se lê:

A Língua Portuguesa, no Brasil, possui muitas variedades dialetais. Identificam-se geográfica e socialmente as pessoas pela forma como falam. Mas há muitos preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar: é muito comum se considerarem as variedades lingüísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas. (BRASIL, 1998: 26)

Com base nesse fragmento, entende-se que o preconceito e a discriminação linguística já vêm sendo combatidos desde a criação desse primeiro documento. Observamos que os termos “variedades dialetais” e “variedades linguísticas”, além da consideração de que a forma de falar das pessoas é variável, segundo critérios geográficos e sociais, demonstra a presença de reflexões relacionadas à Sociolinguística. A importância que se dá, desde esse primeiro documento, ao respeito pelo “valor social” dos usos da língua pelos falantes faz perceber questões muito caras à relação entre a Sociolinguística e o ensino: a realidade heterogênea das línguas, a ideia de prestígio social nos usos linguísticos, os fatores extralinguísticos que influenciam propriamente a língua, dentre outros.

Segundo esse documento oficial, algumas implicações da consideração da variação linguística são importantes no quadro do ensino de língua portuguesa na escola. Assim, problematizar alguns mitos já bem arraigados em nossa sociedade em relação à língua é temática central. Dentre eles, o documento destaca:

[...] o de que existe uma forma correta de falar, o de que a fala de uma região é melhor da que a de outras, o de que a fala correta é a que se aproxima da língua escrita, o de que o brasileiro fala mal o português, o de que o português é uma língua difícil, o de que é preciso consertar a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. (BRASIL, 1998: 31)

Como podemos concluir a partir desse fragmento, a escola é colocada em uma condição de agente inibidor do preconceito quanto às diferentes formas de usar a língua. Percebemos nesse documento uma relação, inclusive pelo

termo “mito”, com a sistematização elaborada por Bagno (2011), em seu livro “Preconceito linguístico: o que é, como se faz”, publicado originalmente em 1999, em que o autor afirma que existem oito mitos que fomentam o preconceito linguístico, como, por exemplo, o de que o português é uma língua única, o de que os brasileiros não sabem português ou de que essa língua é muito difícil, entre outros. Não retomaremos todos aqui. Basta dizer que há uma tendência equivocada entre os falantes que endossam essas visões sobre a língua, amplamente criticadas e preconceituosas.

Comparados ao documento dos PCNs do Ensino Fundamental, os PCNs do Ensino Médio (BRASIL, 2000) são menos extensos e não específicos em relação ao tópico em estudo neste artigo, em sua parte referente ao ensino de português. Em outras palavras, apesar de uma abordagem que compreende a língua como eminentemente social, nas poucas páginas que tratam do ensino de língua portuguesa no Ensino Médio nesse documento, não são encontradas expressões que demonstrem a presença da Sociolinguística de maneira mais explícita, como observamos no documento dos PCNs do ensino fundamental, com base nos excertos acima.

Diferente é o caso do documento dos PCNs+ para o Ensino Médio, que apresenta um tratamento mais específico da temática em tela, de maneira que é notória a presença de elementos da teoria Sociolinguística. Nesse documento, notamos a preocupação em considerar alguns fatores externos à língua para o fenômeno da variedade linguística, bem como a importância da escola como agente valorizador da variação linguística. O documento elabora um quadro de referência ao tratar do conceito de gramática, no item sobre “Competência gramatical”, em que afirma poder ser compreendido como um conjunto de regras que: 1) são seguidas, 2) podem ser seguidas ou 3) devem ser seguidas. O número 1 seria relativo à concepção de gramática internalizada, que diz respeito ao uso mais ou menos convencional que os usuários fazem da língua. O número 2 daria conta de uma abordagem descritiva, em que as convenções linguísticas podem ser ou não adotadas pelo falante, sem que isso redunde em avaliações pejorativas sobre seu desempenho como falante nativo da língua. O número 3 explicitaria o ponto de vista prescritivo ou normativo de gramática, no bojo do qual aqueles que empregam regras diferentes daquelas consideradas “padrão” são discriminados⁴.

⁴ Como um complemento a essa passagem, indicamos a leitura de Possenti (2012), que explicita essas concepções de gramática na segunda parte de seu livro e propõe um esboço prático para evitar a má interpretação sobre “ensinar ou não gramática”, presente no título de seu livro.

Conforme o documento dos PCNs+, a escola tem adotado, tradicionalmente, essa última postura em relação ao ensino de gramática, isolado de outras práticas de ensino típicas das aulas de língua portuguesa, como a leitura e a produção textual. A solução que o documento aponta é:

Alternativamente, do ponto de vista da abordagem gramatical descritiva, pode-se considerar que em nosso país convive uma enorme variedade lingüística, determinada por regiões, idades, lugares sociais, entre outros. Assim, as noções de certo ou errado, tão típicas da abordagem normativa ou prescritiva, cederiam espaço para as noções de adequação ou inadequação em virtude das situações comunicativas de que o falante participa. É papel da escola lidar de forma produtiva com a variedade lingüística de sua clientela, sem perder de vista a valorização da variante lingüística que cada aluno traz consigo para a escola e a importância de se oferecer a esse aluno o acesso à norma padrão – aquela que é prestigiada quando se testam suas habilidades para ingressar no mundo do trabalho, por exemplo. (BRASIL, 2002: 82)

Nesse fragmento, adotando uma abordagem acorde à abordagem descritiva da gramática, o documento faz perceber a heterogeneidade lingüística do Brasil, nos diferentes quesitos extralingüísticos que interferem na língua – região, idade, lugares sociais, etc. – e propõe a substituição de uma abordagem de “certo e errado”, prevalente na acepção da gramática normativa, pela ideia contida nos termos “adequado e inadequado”, conforme a situação de uso. Essa mudança tem a ver com o conceito de monitoramento estilístico.

Conforme Bagno (2007a: 45), em cada tipo de interação em que o falante se inscreve é exigido certo grau de “controle, atenção e planejamento maior ou menor do comportamento em geral, das suas atitudes e, evidentemente, do seu comportamento verbal”. Portanto, a depender da formalidade entre os interlocutores e da própria tarefa comunicativa, o falante varia o monitoramento estilístico de sua fala. Por exemplo, o monitoramento estilístico em uma conversa informal com um amigo é de grau mínimo em relação ao mesmo quesito aplicado para a escrita de um texto científico. Isso não quer dizer que estejamos diferenciando apenas modalidades de língua, mas efetivamente os usos mais ou menos monitorados estilisticamente em

cada caso. A consideração desse conceito faz com que sejam valorizadas, a depender da situação de uso da língua, as variedades linguísticas dos alunos, sem que se tome quanto a elas uma atitude avaliativa negativa, geradora de preconceito linguístico.

Nesse contexto, os PCNs+ descrevem a importância da variação linguística tanto no âmbito social quanto no âmbito escolar, como podemos ver abaixo no tocante aos procedimentos relativos ao desenvolvimento da competência gramatical:

- avaliar a adequação ou inadequação de determinados registros em diferentes situações de uso da língua (modalidades oral e escrita, níveis de registro, dialetos);
- a partir da observação da variação linguística, compreender os valores sociais nela implicados e, conseqüentemente, o preconceito contra os falares populares em oposição às formas dos grupos socialmente favorecidos;
- aplicar os conhecimentos relativos à variação linguística e às diferenças entre oralidade e escrita na produção de textos;
- avaliar as diferenças de sentido e de valor em função da presença ou ausência de marcas típicas do processo de mudança histórica da língua num texto dado (arcaísmo, neologismo, polissemia, empréstimo). (BRASIL, 2002: 82)

A partir da citação é possível inferir que a língua varia, que há preconceito linguístico, que existem diferenças a serem consideradas entre escrita e oralidade e a necessidade de que sejam aplicados em sala de aula os conhecimentos sobre variação linguística elaborados pela Sociolinguística. No fragmento acima, ainda, aparece uma menção ao processo de mudança linguística⁵ e sua importância, observada em textos de diferentes épocas, e a questão do valor e do sentido de alguns processos, como arcaísmo, neologismo, polissemia e empréstimo.

Na reconstituição das rotas dos estudos da linguagem que as OCEMs preparam para a identidade da disciplina “Português”, apresenta-se em um

⁵ A mudança linguística é o processo de transformação sofrido, em geral, pela língua de todos os povos, não de maneira absoluta, mas de acordo com a heterogeneidade e a variedade de fala de cada grupo social levando em consideração a variação linguística existente em conformidade com a época e condições em que cada grupo vive (BAGNO, 2017).

primeiro momento de mudança “[...] a importância de compreender as dificuldades vivenciadas pelos alunos no processo de aprendizagem à luz dos fatores envolvidos na variação linguística [...] [como] classe social, espaço regional, faixa etária, gênero sexual”. (BRASIL, 2006: 19-20) Esses fatores, interferentes nos usos linguísticos efetivos, deveriam ser considerados à luz das situações de produção, do grau de formalidade e do registro, isto é, das modalidades oral ou escrita.

Conforme as OCEMs, o ensino da língua, a partir desse primeiro momento, deveria considerar como sua tarefa mais importante, em relação aos conceitos sociolinguísticos, que

[...] a variação e a mudança linguísticas [fossem entendidas] como fatos intrínsecos aos processos sociais de uso da língua [o que] deveria contribuir para que a escola entendesse as dificuldades dos alunos e pudesse atuar mais pontualmente para que eles viessem a compreender quando e onde determinados usos têm ou não legitimidade e pudessem, tendo alcançado essa consciência social e linguística, atuar de forma também mais consciente nas interações de que participassem, fossem elas vinculadas às práticas orais ou às práticas escritas de interação. (BRASIL, 2006: 20)

Essa passagem também remete aos conceitos de variação e mudança linguísticas e trata, indiretamente, do monitoramento estilístico ao refletir sobre a possibilidade de o aluno compreender usos adequados ou não, a depender das condições interacionais em que esteja inserido.

Como se vê a partir desses excertos de documentos oficiais, e por meio deles, tem-se uma compreensão dos temas relacionados aos conceitos da Sociolinguística e sua importância no quadro do ensino de língua portuguesa ora tematizado. Com base na relação entre Sociolinguística e ensino, e de posse desse breve percurso histórico por diferentes documentos oficiais, podemos afirmar que há uma presença mais ou menos explícita de conceitos dessa área, sendo aos poucos processados e acrescentados no discurso oficial. Com o passar do tempo, então, os conceitos vão sendo reelaborados, daí resultando uma presença mais forte, mais decisiva ou mesmo mais ampla de conceitos derivados desse campo.

Como podemos perceber, conceitos da Sociolinguística foram sendo inseridos nos documentos oficiais com o passar do tempo e, de acordo com os

novos conhecimentos e novas perspectivas para o ensino da língua portuguesa, ganhando um espaço importante no discurso oficial dos documentos que se sucederam. Não é diferente na BNCCEF, em que analisaremos a seguir o tratamento da variação linguística.

2 METODOLOGIA

Este artigo estuda o tratamento da variação linguística no documento oficial da Base Nacional Comum Curricular do ensino fundamental (BNCCEF). Para tanto, foi elaborada uma pesquisa de caráter exploratório com o objetivo de familiarização com o tema em tela. A abordagem é qualitativa, com base em uma amostra constituída de documentos oficiais do governo federal, publicados com a finalidade de parametrizar e criar diretrizes para o ensino de língua portuguesa na educação básica brasileira. Com o tema “variação linguística” como objeto de investigação, e considerando a promulgação recente BNCCEF e os poucos estudos até então encontrados a esse respeito, justificamos o recorte e o interesse desta pesquisa.

O trabalho concentra-se na análise de dados sobre a variação linguística na perspectiva da BNCCEF, no que concerne ao eixo análise linguística/semiótica abordada nas competências e habilidades que esse documento traz, como forma de orientar o ensino da língua portuguesa.

No que se refere à metodologia de análise, trabalhamos com o cotejamento de textos (GERALDI, 2012). Para o autor, a possibilidade de cotejar textos amplia o contexto em que um conceito aparece:

Quem estuda a linguagem não está interessado nos “recortes” dos discursos, mas no enunciado completo, total, para cotejá-lo com outros enunciados fazendo emergirem mais vozes para uma penetração mais profunda no discurso, sem silenciar a voz que fala em benefício de um já dito que se repete constantemente. (GERALDI, 2012: 27-28)

Com isso, estudamos o tratamento da variação linguística na BNCCEF e cotejamos a maneira como aparece esse conceito formulado no documento com as discussões teóricas que aparecem no artigo, na seção de revisão de literatura. O cotejo do texto em análise com outros textos será realizado para que possamos investigar, entender e aprofundar os pontos de vista já

estudados sobre esse assunto e elaborar uma compreensão nossa da temática em tela. Para que a pesquisa possa compreender várias vozes e também aprofundar o estudo em seu objeto principal de pesquisa, é preciso que o cotejamento seja realizado, pois, “Ao ir cotejando os textos com outros textos vai elaborando conceitos ou reutilizando conceitos produzidos em outros estudos (até mesmo de outros campos) com que se aprofunda a penetração na obra em estudo” (GERALDI, 2012: 33).

3 O TRATAMENTO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA PELA BNCC PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

No eixo de análise linguística/semiótica, a BNCCEF entende que essa prática se dá a partir do envolvimento de procedimentos e estratégias cognitivas de análise e avaliação consciente em torno da leitura e da produção textual, isto é, em torno da materialidade dos textos (BRASIL, 2018: 80). Há, portanto, uma preocupação com a introdução de práticas que trabalhem com a leitura e a produção textual no sentido de despertar cognitivamente o aluno a avaliar e compreender, de forma consciente, aspectos e elementos relativos aos textos, os quais são vistos como recursos de aprendizagem.

Na prática com textos, a oralidade e a escrita são organizadas a partir do gênero utilizado, trabalhando, assim, coesão, coerência e organização como formas de produção textual, além de elementos paralinguísticos e cinésicos, léxico, variedade linguística, sintaxe e morfologia, de acordo com o estilo textual. Já para trabalhar textos multissemióticos, a BNCCEF propõe a prática com linguagens integrantes do texto e suas características de montagem, bem como a sincronização com outras linguagens (BRASIL, 2018: 80-81). No eixo de análise linguística/semiótica, observa-se a importância do texto como central nas atividades de ensino e aprendizagem de língua portuguesa.

É com essa mesma prática dentro do sistema linguístico que nos deparamos com as diferenças de linguagem, às vezes falada, às vezes escrita, que reportam a variação linguística. Essas diferenças remetem aos vários fatores de influência nas línguas, normalmente geográficos, históricos ou sociais.

Em uma relação de variação diatópica/geográfica, um elemento lexical pode ser conhecido por diferentes nomes, a depender da localização geográfica do falante. Beline (2012: 121-122) exemplifica esse tipo de variação com o par de palavras “jerimum” e “abóbora”. Ambas as formas

linguísticas representam o mesmo fruto, com as mesmas características, porém, há léxico diferente segundo a localização geográfica do falante. Conforme o autor, “[...] fazer referência a um elemento do mundo por mais de um termo linguístico é apenas um dos casos que mostram que, de fato, as línguas variam” (BELINE, 2012: 122).

A variação linguística se dá também através do tempo, de forma diacrônica/histórica, pois uma pessoa mais experiente, que já viveu em outras épocas, e uma pessoa mais jovem, que utiliza uma linguagem mais contemporânea, podem falar de um mesmo assunto, porém, utilizando expressões e palavras diferentes. Bagno (2017: 470), citando F. Tarallo (1986: 8), nos diz que “variantes linguísticas são diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade”.

A variação linguística também ocorre por influência do meio, ou seja, do grupo social em que o falante está inserido – variação diastrática –, bem como por uma série de outros fatores que são intrínsecos a cada pessoa envolvida no grupo social. Para Bortoni-Ricardo (2004: 49), “[...] cada um de nós adota comportamentos muito semelhantes ao das pessoas com quem convivemos em nossa rede social”. Além disso, a autora destaca que a rede social de um indivíduo determina sua conduta e seu repertório sociolinguístico. Dentro desse contexto, podemos entender a influência da variação linguística: sua representação dentro dos sistemas linguísticos e de que forma pode ser entendida nas práticas de linguagem, também como parte dos signos linguísticos.

No eixo de análise linguística/semiótica, a BNCCEF traz uma pequena análise de como a variação linguística deve ser considerada nessa prática. Nesse contexto,

Cabem também reflexões sobre os fenômenos da mudança linguística e da variação linguística, inerentes a qualquer sistema linguístico, e que podem ser observados em quaisquer níveis de análise. Em especial, as variedades linguísticas devem ser objeto de reflexão e o valor social atribuído às variedades de prestígio e às variedades estigmatizadas, que está relacionado a preconceitos sociais, deve ser tematizado. (BRASIL, 2018: 81)

Além de ser considerada pela BNCCEF no eixo de análise linguística/semiótica, a variação linguística é entendida também como um campo de

conhecimento linguístico cujas habilidades são citadas de forma bastante detalhada, o que nos leva a entender sua importância.

A BNCCEF deixa claro que a intenção do ensino é a adequação do discurso oral ao contexto em que será empregado. Assim, podemos considerar a utilização da norma para reger o ensino, sem que o estudante deixe sua variedade linguística intrínseca. É possível entender que, para a BNCCEF, é importante que os estudantes tenham acesso a esse campo como forma de aprendizado das diferentes variedades da língua portuguesa em todas as suas nuances, além de reconhecerem a existência do preconceito linguístico, que deve ser combatido de forma crítica.

Considerando todos os aspectos relacionados à aprendizagem, a BNCCEF apresenta, no quadro a seguir, os campos de conhecimentos linguísticos:

Fono-ortografia	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e analisar as relações regulares e irregulares entre fonemas e grafemas na escrita do português do Brasil. • Conhecer e analisar as possibilidades de estruturação da sílaba na escrita do português do Brasil.
Morfossintaxe	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as classes de palavras abertas (substantivos, verbos, adjetivos e advérbios) e fechadas (artigos, numerais, preposições, conjunções, pronomes) e analisar suas funções sintático-semânticas nas orações e seu funcionamento (concordância, regência). • Perceber o funcionamento das flexões (número, gênero, tempo, pessoa etc.) de classes gramaticais em orações (concordância). • Correlacionar as classes de palavras com as funções sintáticas (sujeito, predicado, objeto, modificador etc.).
Sintaxe	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e analisar as funções sintáticas (sujeito, predicado, objeto, modificador etc.). • Conhecer e analisar a organização sintática canônica das sentenças do português do Brasil e relacioná-la à organização de períodos compostos (por coordenação e subordinação). • Perceber a correlação entre os fenômenos de concordância, regência e retomada (progressão temática – anáfora, catáfora) e a organização sintática das sentenças do português do Brasil.
Semântica	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e perceber os efeitos de sentido nos textos decorrentes de fenômenos léxico-semânticos, tais como aumentativo/diminutivo; sinonímia/antonímia; polissemia ou homonímia; figuras de linguagem; modalizações epistêmicas, deônticas, apreciativas; modos e aspectos verbais.

Varição linguística	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer algumas das variedades linguísticas do português do Brasil e suas diferenças fonológicas, prosódicas, lexicais e sintáticas, avaliando seus efeitos semânticos. • Discutir, no fenômeno da variação linguística, variedades prestigiadas e estigmatizadas e o preconceito linguístico que as cerca, questionando suas bases de maneira crítica.
Elementos notacionais da escrita	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as diferentes funções e perceber os efeitos de sentidos provocados nos textos pelo uso de sinais de pontuação (ponto final, ponto de interrogação, ponto de exclamação, vírgula, ponto e vírgula, dois-pontos) e de pontuação e sinalização dos diálogos (dois-pontos, travessão, verbos de dizer). • Conhecer a acentuação gráfica e perceber suas relações com a prosódia. • Utilizar os conhecimentos sobre as regularidades e irregularidades ortográficas do português do Brasil na escrita de textos.

Figura 1: Quadro dos Campos de Conhecimentos Linguísticos da BNCC
 Fonte: BRASIL, 2018, p 82-83.

Como podemos perceber, a BNCCEF preocupa-se em trazer a variação linguística como campo de estudo dentro do ensino da língua portuguesa. Com esse quadro é possível concluir que o tratamento da variação linguística se processa junto a elementos mais canônicos, no que diz respeito à língua e ao seu ensino, como fono-ortografia, morfologia, sintaxe, semântica e os elementos notacionais da escrita. Nesse sentido, como observamos em relação ao que os documentos oficiais anteriormente analisados apresentam, a BNCCEF dá lugar de destaque à variação linguística como campo de conhecimento tema esse que foi tratado de maneira mais geral em quase todos os documentos oficiais anteriores, embora se especifiquem questões semelhantes.

O documento propõe habilidades a serem empregadas durante a aprendizagem da língua, com ênfase clara nos efeitos semânticos produzidos pela variação linguística, na diferença entre o que é estigmatizado ou prestigiado e, finalmente, na questão do preconceito linguístico que, conforme já mencionado, é muito visível, tanto no contexto escolar quanto fora dele.

Ao verificar os campos de conhecimento linguístico, entendemos os níveis de análise citados pela BNCCEF. É possível inferir a preocupação que o documento apresenta em definir habilidades bem específicas para cada um desses níveis ou campos linguísticos, mas que, ao mesmo tempo, se inter-relacionam para que o ensino seja realizado de forma integral. Essa inter-

relação entre os campos de conhecimento, explicitada pelas habilidades, visa a tornar o aluno capaz de se conectar ao aprendizado de forma completa, pois é a partir dessas habilidades que o aluno será capaz de assimilar as competências e desenvolver suas próprias capacidades.

Sobre as competências que o documento preconiza, aquela relativa à variação linguística é a de número 4, em que se lê: “Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos” (BRASIL, 2018: 87). Mais adiante no documento, o termo “variação linguística” aparece como objeto de conhecimento no quadro relativo ao ensino de língua portuguesa do 6.º ao 9.º ano, na prática de linguagem “análise linguística/semiótica”. Ali surgem as duas habilidades específicas para tratar desse objeto de conhecimento, quais sejam:

(EF69LP55) Reconhecer as variedades da língua falada, o conceito de norma-padrão e o de preconceito linguístico.

(EF69LP56) Fazer uso consciente e reflexivo de regras e normas da norma-padrão em situações de fala e escrita nas quais ela deve ser usada. (BRASIL, 2017: 161)

Cotejando a competência 4 com as habilidades EF69LP55 e EF69LP56, é correto afirmar que essas últimas desdobram a competência, de maneira a especificar a forma de atingi-la.

Como já percebemos na segunda seção da revisão de literatura, os documentos anteriores à BNCCEF já previam uma compreensão dos fenômenos da variação e da mudança linguísticas, respeitando a heterogeneidade social brasileira e combatendo o preconceito linguístico. Em relação aos documentos anteriores, a BNCCEF coloca em lugares um pouco diferentes esses mesmos conceitos e questões importantes. Cotejando a BNCCEF (2017) com os PCN (1997), há a orientação sobre como a escola deve se comportar frente a situações dialetais diversificadas, deixando de lado alguns mitos relacionados às diferentes formas de se falar a língua portuguesa:

[...] a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico. A questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar. [...] É saber, portanto, quais variedades e registros da língua

oral são pertinentes em função da intenção comunicativa, do contexto e dos interlocutores a quem o texto se dirige. [...] falar bem é falar adequadamente, é produzir o efeito pretendido. (BRASIL, 1997: 26)

Os PCNs (2000) enfatizam que “o desenvolvimento da competência linguística [...] não está pautado no domínio técnico de uso da língua legitimada pela norma padrão, mas, principalmente, no saber utilizar a língua [...]” (BRASIL, 2000: 11). Entendemos que no escopo de “saber utilizar a língua” está inserida a questão da variação linguística, uma vez que o aluno saiba se portar conforme o que é pedido no ambiente de interação no qual se insere. É possível perceber que a variação linguística vem sendo lembrada em alguns documentos oficiais e bastante considerada como parte do ensino e da aprendizagem, até mesmo como procedimento para o desenvolvimento de competências gramaticais. Como se lê nos PCNs+:

[...] a partir da observação da variação lingüística, compreender os valores sociais nela implicados e, conseqüentemente, o preconceito contra os falares populares em oposição às formas dos grupos socialmente favorecidos; aplicar os conhecimentos relativos à variação linguística e às diferenças entre oralidade e escrita na produção de textos [...]. (BRASIL, 2002: 82)

Esses procedimentos aparecem nos PCNs+ (BRASIL, 2002) ressaltando a apreciação da variação linguística e orientando a reflexão sobre a importância de observar a variação linguística e o preconceito linguístico, para além do ensino apenas da norma padrão. A promoção do desenvolvimento de atividades voltadas às práticas de linguagem considerando a variação é presente também nos eixos organizadores das atividades de língua portuguesa nas OCEMs:

Atividades de produção de textos (palestras, debates, seminários, teatro, etc.) em eventos da oralidade. Por meio desse tipo de expediente, pode-se não só contribuir para a construção e a ampliação de conhecimentos dos alunos sobre como agir nessas práticas, como também promover um ambiente profícuo à discussão e à superação de preconceitos lingüísticos e, sobretudo, à investigação sobre

as relações entre os gêneros da oralidade e da escrita, sobre a variação linguística, sobre níveis de formalidade no uso da língua, por exemplo. (BRASIL, 2006: 37)

Como é possível perceber, a variação linguística vem sendo tratada pelos documentos oficiais de orientação para o ensino, primeiramente pelos diferentes documentos dos PCNs com menor ênfase, depois pelas OCEMs, nas quais aparece inserida como parte das atividades de um de seus eixos e, logo, na BNCCEF que, conforme já mencionado, é apresentada como campo de conhecimento linguístico e tratada também como objeto de conhecimento na inserção das habilidades que o documento contempla.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado neste texto, foi possível averiguar com clareza o objeto de pesquisa, a variação linguística, no que diz respeito a sua conceituação e seu tratamento pela BNCCEF. Para alcançarmos esse objetivo, foi necessária a análise dos documentos oficiais anteriores à BNCCEF e o apoio de um aporte teórico nos estudos linguísticos brasileiros já realizados a respeito do objeto de pesquisa.

Esse caminho nos permitiu observar como conceitos relacionados à Sociolinguística foram aparecendo (ou não) nos diferentes documentos oficiais precedentes à promulgação da BNCCEF. É visível a importância que se dá ao tratamento da variação ao longo desse processo, nos documentos oficiais. Se relacionarmos essa constância da noção de variação linguística nos documentos oficiais relacionados ao ensino de língua materna, perceberemos que a linguística passa a ocupar – atualizando o que afirma Ilari (1997) a respeito, desde sua inserção nos currículos de Letras – um lugar de articuladora do que se compreende como língua e o que se compreende como objeto de ensino em nossas salas de aula, chegando até o discurso oficial.

Através da pesquisa realizada, compreendemos a forma como a variação linguística vem sendo tratada e trabalhada pelo instrumento documental norteador e orientador, que é referência obrigatória como base para organização e aperfeiçoamento dos currículos e planos de ensino no âmbito escolar.

O estudo, então, resultou na descoberta do tratamento da variação linguística como campo de conhecimento linguístico pela BNCCEF. Portanto, consideramos que a variação linguística está sendo, cada vez mais,

reconhecida como temática relevante no ensino de língua portuguesa, mesmo no que encontramos a seu respeito dos documentos oficiais anteriores à BNCCEF.

REFERÊNCIAS

BAGNO, M. **A norma oculta: Língua & Poder na Sociedade Brasileira.** São Paulo: Parábola, 2003.

BAGNO, M. **Dicionário crítico de sociolinguística.** 1. ed. São Paulo: Parábola, 2017.

BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso.** Por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola, 2007a.

BAGNO, M. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz – 49. ed.** São Paulo: Loyola, 2007b.

BELINE, R. **A variação linguística.** São Paulo: Contexto, 2012.

BORTONI-RICARDO, S.M. **Educação e língua materna: a sociolinguística na sala de aula.** São Paulo: Parábola, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio.** Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa.** Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio.** Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais + – Ensino Médio. Orientações**

Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 2002.

FARACO, C.A. O Brasil entre a norma culta e a norma curta. In: LAGARES, X. C. e BAGNO, M. (orgs.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos.** São Paulo: Parábola, 2011, p. 259-275.

GERALDI, J.W. Heterocientificidade nos estudos linguísticos. In: Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso – GEGe - Universidade Federal de São Carlos. **Palavras e Contrapalavras:** enfrentando questões da metodologia bakhtiniana. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012, p. 19–39.

GORSKI, E. M.; COELHO, I.L. Variação linguística e ensino de gramática. **Working Papers em Linguística**, 10 (1): 73-91, Florianópolis, jan-jun., 2009.

GORSKI, E. M.; FREITAG, R.M.K. O papel da sociolinguística na formação dos professores de língua portuguesa como língua materna. In. MARTINS, M.A.; TAVARES, M.A. (Orgs.). **Contribuições da Sociolinguística e da Linguística Histórica para o ensino de Língua Portuguesa.** Natal: EDUFRN, 2013, p. 11-48.

ILARI, R. **A linguística e o ensino da língua portuguesa.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola.** Campinas: Mercado de Letras, 2012.